

ATA NÚMERO 146/XIII (4.ª)

M

A 3 de outubro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Senhor Ministro da Cultura na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre as notícias que dão conta da intenção do Governo de aprovar uma lei sobre a autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos, serviços dependentes da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das Direções Regionais de Cultura (DRC).

II PARTE

1. Informações.
2. Apreciação e votação das atas de 25 e 26 de setembro de 2018.
3. Apreciação e votação do parecer da [proposta de lei n.º 133/XIII \(3.ª\)](#) - Altera o regime jurídico do associativismo jovem:

Relator: Deputado Ivan Gonçalves (PS)

4. Apreciação e votação do parecer da [proposta de lei n.º 141/XIII \(3.ª\)](#) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2001, de 17 de abril, que regulamenta a Lei n.º 123/99, de 20 de agosto, que definiu as regras através das quais o Governo apoia o associativismo cultural, as bandas de música e filarmónicas:

Relatora: Deputada Palmira Maciel (PS)

5. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 511/XIII \(3.ª\)](#) - Solicitam o depósito do Tesouro do Santuário de Nossa Senhora da Piedade no museu da Região do Douro:

Relatora: Deputada Maria Augusta Santos (PS)

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Deputado Único Representante do Partido «Pessoas – Animais – Natureza» para audição urgente do Ministro da Cultura, sobre os touros de morte em Monsaraz.

7. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Senhor Ministro da Cultura na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre as notícias que dão conta da intenção do Governo de aprovar uma lei sobre a autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos, serviços dependentes da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das Direções Regionais de Cultura (DRC)

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) apresentou o [requerimento](#) do seu grupo parlamentar afirmando serem bem conhecidas as reivindicações apresentadas pelo CDS-PP em relação a esta matéria, que sempre exigiu uma maior autonomia administrativa e financeira para os museus nacionais.

A este propósito, lembrou que o Senhor Ministro da Cultura assumiu o compromisso de dotar os museus nacionais de uma maior autonomia, tendo, em maio de 2016, o próprio Senhor Primeiro-Ministro dito que «o novo modelo orgânico dos museus deve ganhar autonomia própria e que o Estado deve acompanhar aquilo que é o movimento das coisas e consagrar formalmente os instrumentos necessários para que estas possam ter vida própria.»

Como nestes últimos quatro anos nada aconteceu, exige-se agora, em nome da coerência, que essa autonomia seja consagrada e verdadeira. É que, para além de nada ter sido feito, só no último ano o Governo apresentou três versões diferentes e contraditórias entre si do novo

figurino a adotar quanto à constituição das novas unidades orgânicas. Em setembro do ano passado o Senhor Ministro disse que os próprios museus nacionais poderiam ter pólos regionais em outras localidades; há um ano atrás, na audição que teve lugar aquando da apreciação do Orçamento do Estado, adiantou que a concessão de uma maior autonomia administrativa e financeira aos museus só avançaria após uma profunda reforma administrativa que passaria pela criação do Instituto dos Museus e Monumentos, o que só aconteceria na próxima legislatura; por fim, no início do mês de julho de 2018 o Senhor Ministro disse que o Governo ia criar uma estrutura própria, uma empresa estatal (e já não um instituto) de gestão dos museus nacionais e monumentos. Nesse sentido, perguntou ao Senhor Ministro o é que afinal ia ser feito e qual a natureza dessa empresa a criar.

Reportou-se também à postura do Senhor Ministro ao criticar a política de fusões do anterior governo ao mesmo tempo que vai fundindo instituições a que chama de «unidades orgânicas compósitas», como é o caso do Museu Nacional de Arqueologia e a Torre de Belém. Nesse sentido, questionou o Senhor Ministro sobre a razão de ser desta união de unidades tão diferentes e acerca dos critérios que estão subjacentes.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Carla Sousa (PS), Luís Monteiro, (BE), Ana Mesquita (PCP) e Teresa Caeiro (CDS-PP), tendo o Senhor Ministro referido, designadamente, que o Governo está a trabalhar há muito tempo numa reforma que permita dar uma maior autonomia aos museus e monumentos mas dentro do quadro legal e financeiro existente e que esse novo regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos deverá abranger as 30 designadas «unidades orgânicas» tuteladas pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e pelas Direções Regionais de Cultura (DRC).

A este propósito, o Governo ouviu associações, entidades representativas do sector, a Associação Portuguesa de Museologia, o ICOM Portugal, o ICOM Europa, diversas personalidades ligadas ao sector, etc.. Disse também que nunca se falou de uma estrutura estatal mas, sim, da possibilidade de voltar ao modelo do Instituto dos Museus que existiu em tempos, mas que esse modelo tinha sido abandonado.

Recordou que a discussão que está a ser feita não respeita a um projeto de decreto-lei, que ainda nem sequer não existe, mas, sim, a um conjunto de propostas relativas a um novo modelo de

autonomia que tem sido apresentado ao sector e discutido publicamente e que entrará em vigor em 2019 de forma a agilizar e operacionalizar a gestão dos museus e monumentos, que passarão a utilizar parte das suas receitas na sua própria programação, sendo também essa uma forma de premiar os museus pelo maior número de receitas próprias que geram e usá-las em seu próprio benefício.

Quanto ao receio existente de a proposta apresentada pelo Governo levar a uma possível empresarialização do setor, o Senhor Ministro adiantou que os museus vão continuar a ser órgãos do Estado e que será garantido o seu financiamento.

Por outro lado, sublinhou que a competência museológica estará sempre presente na escolha dos diretores de museus, embora não deixe de ser relevante a sua própria competência de gestão. Referiu também que o Governo defende a realização de concursos internacionais para os cargos de diretores de museus, monumentos e palácios, com o objetivo de rejuvenescer os quadros de pessoal e para que esses concursos possam vir a reforçar a concorrência. Disse também que, para além da competência museológica, os cadernos para esses concursos internacionais salvaguardarão a necessidade de conhecimento da realidade histórica do país e do museu em causa.

Em relação à falta de autonomia fiscal, referiu que a existência de um NIF (Número de Identificação Fiscal) em nada adiantaria na medida em que essas unidades orgânicas não têm receitas suficientes para suportar as suas próprias despesas.

Sobre o calendário e repercussões do novo regime nas atuais direcções dos museus, o Senhor Ministro disse que os concursos já terminados irão continuar em vigor e que os directores concluirão os seus mandatos. Os directores que se encontram neste momento em gestão corrente ou em regime de substituição serão substituídos quando o novo decreto-lei entrar em vigor.

Em relação à unidade orgânica Mosteiro dos Jerónimos/Torre de Belém com o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), adiantou que a mesma tem por base a história e a identidade portuguesa, sendo um novo desafio para o riquíssimo acervo museológico instalado por José Leite de Vasconcelos nos Jerónimos.

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Ana Mesquita (PCP), Margarida Mano (PSD), Palmira Maciel (PS), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP), José Carlos Barros (PSD), Maria Augusta Santos (PS) e José Magalhães (PS). O Senhor Ministro respondeu no final, em bloco, às questões colocadas.

As gravações áudio e vídeo encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#).

II PARTE

1. Informações

1.1 Dando início à segunda parte da reunião, a Senhora Presidente da Comissão começou por informar que o Senhor Deputado José Magalhães (PS) tinha passado a integrar a Comissão como membro efetivo.

1.2 Iniciativas legislativas:

De seguida, deu conta da baixa à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, com conexão com a Comissão de Cultura, Comunicação Juventude e Desporto, do [projeto de resolução n.º 1821/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) — Propõe a adequação do horário de recolha pelos CTT em Évora das publicações impressas para defesa da atividade da imprensa local e regional.

No âmbito deste ponto informou também que tinham baixado à Comissão, para discussão na especialidade, os projetos de resolução n.ºs [1318/XIII \(3.ª\)](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a atribuição de bolsas e apoios para atletas paralímpicos iguais aos atletas olímpicos —, [1795/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um regime que permita a equiparação dos atletas paralímpicos aos atletas olímpicos relativamente à alocação de apoios e bolsas — e [1797/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Recomenda ao Governo a equiparação entre atletas olímpicos e paralímpicos nos níveis dois e três —, tendo solicitado aos grupos parlamentares que entregassem as suas propostas de alteração até ao dia 16 de outubro para que a respetiva votação possa ocorrer na semana de 23 de outubro, não se tendo registado qualquer objeção.

1.3 Em relação à visita à Fundação Serralves, a ter lugar no dia 4 de outubro, lembrou que já se encontravam inscritos 12 Senhores Deputados e que a partida teria lugar por volta das 14 horas.

1.4 Informou também a Comissão que, nos próximos dias 19 e 20 de Novembro de 2018, teria lugar, em Bruxelas, a reunião interparlamentar European Cultural Heritage, solicitando que, de acordo com o método de Hondt, os Grupos Parlamentares do PS e do PSD indicassem os seus representantes. Disse também que, na eventualidade de algum dos Senhores Deputados querer intervir, as intervenções a produzirtinham de ser enviada ao secretariado da Comissão CULT até ao dia 5 de novembro.

1.5 Informou, de seguida, que a Comissão tinha sinalizado à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto a «Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on preventing the dissemination of terrorist content online A contribution from the European Commission to the Leaders' meeting in Salzburg on 19-20 September 2018? — [COM\(2018\)640](#) —, tendo a Senhora Deputada Carla Sousa (PS) informado que o relator da referida Iniciativa seria o Senhor Deputado José Magalhães.

2. Apreciação e votação das atas de 25 e 26 de setembro de 2018

Uma vez submetidas a votação, as atas foram aprovadas por unanimidade.

3. Apreciação e votação do parecer da [proposta de lei n.º 133/XIII \(3.ª\)](#) - Altera o regime jurídico do associativismo jovem

O Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS) fez a apresentação do [parecer](#), que, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

4. Apreciação e votação do parecer da [proposta de lei n.º 141/XIII \(3.ª\)](#) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2001, de 17 de abril, que regulamenta a Lei n.º 123/99, de 20 de agosto, que definiu as regras através das quais o Governo apoia o Associativismo Cultural, as Bandas de Música e Filarmónicas

A Senhora Deputada Palmira Maciel (PS) fez a apresentação do [parecer](#), que, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

5. Apreciação e votação do relatório final da [petição n.º 511/XIII \(3.ª\)](#) - Solicitam o depósito do Tesouro do Santuário de Nossa Senhora da Piedade no museu da Região do Douro

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) fez a apresentação do [relatório final](#), que, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Deputado Único Representante do Partido «Pessoas – Animais – Natureza» para audição urgente do Ministro da Cultura, sobre os touros de morte em Monsaraz

A pedido do Senhor Deputado André Silva (PAN), este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

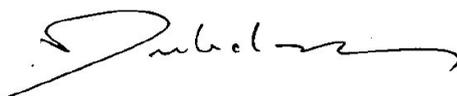
7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às ... horas e .. minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de outubro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício



(Pedro do Ó Ramos)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 09 de outubro de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Pinho de Almeida
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
José Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Balseiro Lopes
Palmira Maciel
Pedro do Ó Ramos
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Paula Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Joana Barata Lopes
João Torres
Sara Madruga da Costa